



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E
FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 46/2020

Período: 12/12/2020 - 18/12/2020

GEDES – UNESP

- 1- Jair Bolsonaro inaugurou segundo submarino do Prosub
- 2- Apoio da família Bolsonaro à indústria armamentista gera repercussão
- 3- Presidente da República indicou o militar Jorge Luiz Kormann para compor a diretoria colegiada da Anvisa
- 4- Periódico lembrou o AI-5 em aniversário da legislação e relatou comentários
- 5- Jornal relatou Missão das Forças Armadas no combate ao Covid-19 em aldeias indígenas isoladas
- 6- Datafolha mostrou que população desaprova a administração do general Pazuello no Ministério da Saúde
- 7- Colunista lembrou erros dos militares durante o surto de meningite na ditadura.
- 8- Documentário abordou a trajetória do Festival de Brasília de cinema como espaço de escape durante a ditadura militar.
- 9- Presidente da República publicou e revogou decreto que altera regras para promoção de militares.

1- Jair Bolsonaro inaugurou segundo submarino do Prosub

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o presidente da República Jair Bolsonaro participou da cerimônia de inauguração do submarino militar Humaitá no dia 11/12/20. A embarcação, segunda a ser construída pelo Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) no Complexo Naval de Itaguaí (CNI), mede 72 metros e dispõe de capacidade de deslocamento de 1,8 mil toneladas. (O Estado de S. Paulo - Política - 12/12/20)

2- Apoio da família Bolsonaro à indústria armamentista gera repercussão

Em coluna opinativa à *Folha de S. Paulo*, o advogado criminalista e ex-presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (2001-2004), Luís Francisco Carvalho Filho, comentou o apoio que o presidente da República Jair Bolsonaro e seus filhos dão ao crescimento da indústria armamentista. O advogado afirmou que, desde as eleições presidenciais de 2018, o país se converteu em um "eldorado" para essas empresas graças a esse engajamento, que "merece ser fiscalizado por procuradores da República". O texto elencou diversos episódios a título de exemplo, como zerar a alíquota 20% de imposto para importação de revólveres e pistolas, o projeto de lei do deputado

federal Eduardo Bolsonaro "que autoriza a publicidade de armas de fogo nos meios de comunicação, em redes sociais e em aplicativos de mensagem" e o Decreto nº 9.845/2019, que permite a compra de até quatro armas por pessoa. Carvalho Filho afirmou ainda que Eduardo Bolsonaro se comporta como lobista para essas multinacionais se instalem no Brasil, listando as tratativas "bastante avançadas" da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) - empresa pública vinculada ao Exército - com a empresa alemã Sig Sauer para uma "parceria tecnológica, comercial e industrial", e os investimentos da estadunidense Springfield Armory no estado do Rio Grande do Sul, sede da empresa brasileira Taurus. O advogado encerrou o texto afirmando que "é legítimo perguntar, em primeiro lugar, se membros do clã receberam armas de presente" pois "a prosperidade do setor empresarial da segurança pública e privada é capaz de inspirar relações pervertidas com políticos e governantes". E em seu editorial a *Folha* afirmou que o presidente da República tem facilitado as importações de armamentos, enquanto não tem feito o mesmo para outros setores. Além disso, a *Folha* lembrou que o governo Bolsonaro liberou em maio de 2019, licenças automáticas de importação de armas, munição e outros produtos controlados pelo Exército. O periódico mencionou estudos científicos que relacionam o aumento proporcional de revólveres e armas ao aumento dos riscos de homicídio e suicídio. (Folha de S. Paulo - Saúde - 12/12/20; Folha de S. Paulo - Opinião - 13/12/20)

3- Presidente da República indicou o militar Jorge Luiz Kormann para compor a diretoria colegiada da Anvisa

Em coluna opinativa no periódico *O Estado de S. Paulo*, as jornalistas Mariana Haubert e Marianna Holanda comentaram sobre a possível nomeação, pelo presidente da República Jair Bolsonaro, de mais um militar para compor a diretoria colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O nomeado é o tenente-coronel Jorge Luiz Kormann, que será avaliado pelo Senado Federal, porém não tem enfrentado grandes oposições por conta do contexto de eleição para a presidência da Casa Legislativa. (O Estado de S. Paulo - Política - 13/12/20)

4- Periódico lembrou o AI-5 em aniversário da legislação e relatou comentários

Em matéria publicada pelo *Correio Braziliense*, o jornal lembrou o aniversário do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que havia completado 52 anos no dia 13/12/20. O documento, que institucionalizou o autoritarismo e a repressão durante o regime militar brasileiro (1964-1985), foi caracterizado no texto do jornal como "o ato mais duro da ditadura militar de 1964". A partir dessa data, o periódico relatou algumas reações de figuras do governo brasileiro, como do ministro Gilmar Ferreira Mendes do Supremo Tribunal Federal (STF), dizendo que "devemos reverenciar a importância da democracia e do Estado de direito consagrados na Constituição de 1988"; e do presidente do partido Cidadania Roberto Freire, que repudiou o ato e disse que é "para nunca mais repetir" e chamou de "ignóbeis" aqueles que ainda nutrem simpatia pelo autoritarismo daquela época. Por outro lado, foi também relatado que o deputado federal Eduardo Bolsonaro publicou um vídeo ao lado do pai, o presidente da República Jair Bolsonaro, no dia do aniversário conversando sobre o coronel e torturador Carlos Alberto Brilhante

Ustra, que havia atuado dentro da repressão durante o regime militar. (Correio Braziliense - Brasil - 14/12/20)

5- Jornal relatou Missão das Forças Armadas no combate ao Covid-19 em aldeias indígenas isoladas

Em publicações do *Correio Braziliense*, o jornal relatou os resultados da Missão Alto Solimões, uma iniciativa do Ministério da Defesa com o Ministério da Saúde que buscou utilizar as Forças Armadas (FFAA) no combate ao novo Coronavírus na isolada região do Alto Solimões, sendo essa missão uma parte da Operação Covid-19, um projeto em maior escala de combate ao vírus. A região do Alto Solimões é uma área fronteira no estado do Amazonas, onde habitam 63,8 mil indígenas, a segunda área de maior concentração de populações originárias no país, tendo sofrido 1,8 mil casos e 35 mortes de Covid-19. Isolada do resto do país, a região sofre uma situação preocupante, entre 30% a 60% da sua população carece de água potável e a falta de profissionais de saúde é extrema, havendo mulheres que nunca foram em ginecologistas e serviços específicos disponíveis apenas em Manaus, cidade que se localiza a milhares de quilômetros das aldeias, além do difícil acesso a essas áreas, sendo possível apenas por barco. Por essas razões, além do medo dos indígenas de ir às cidades e contrair o vírus, o governo federal considerou essa área um alvo necessário da Operação Covid-19, abrigando a última missão de 2020. A Missão Alto Solimões durou do dia 7 a 14 de dezembro, estabeleceu 5 pólos de atendimentos que trouxeram 27 profissionais da saúde para prestar consultas e orientações, além de levar insumos de saúde para as 245 aldeias que ocupam o local. Os resultados foram 16,8 mil pessoas atendidas e cerca de 8,4 mil consultas ministradas. Dentro dessa atuação, o *Correio* relatou diversas vezes o papel que a medicina tradicional desses povos teve no combate ao vírus, servindo de complemento à “medicina ocidental”, consoantemente a isso, o primeiro tenente e clínico geral Jomar Alvez de Souza também disse que “não cabe a nós fazer choque de medicinas”, ainda assim, o militar afirmou que continuou orientando os indígenas a obedecerem às indicações e tratamentos prescritos pelos profissionais de saúde. Por fim, a reação dos envolvidos foi de alegria, a cacica Trindade Bernaldino Fidelis da aldeia Umariçu II agradeceu a chegada dos profissionais da saúde e elogiou as Forças Armadas, além de se declarar ansiosa pela chegada de uma vacina. A Operação Covid-19 tem a duração de 244 dias, atendeu 155,2 mil indígenas através de 63,8 mil atendimentos e transportou 5,4 mil toneladas de equipamento através de um contingente de 34 mil militares. Dentre o contingente total das FFAA 30165 militares foram infectados (10% do total) e 40 morreram de Covid-19. Sobre o estabelecimento de missões parecidas, segundo o assessor técnico da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), Carlos Colares, há ainda duas ou três operações planejadas para o próximo ano, aguardando o aval do Ministério da Saúde e recursos financeiros para a concretização; já segundo o Ministério da Defesa, há duas operações já preparadas, reiterando a fala de Colares sobre a necessidade do aval da Saúde. (Correio Braziliense - Brasil - 14/12/20)

6- Datafolha mostrou que população desaprova a administração do general Pazuello no Ministério da Saúde

Em uma pesquisa feita pelo Datafolha e publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o general Eduardo Pazuello, que não formação médica, foi cravado como o mais impopular dos ministros da Saúde que o governo do presidente da República Jair Bolsonaro já teve, com 27% classificando sua gestão no Ministério como ruim ou péssima, 36% como regular e 35% como boa ou ótima. Tais números são muito contrastantes quando comparados com os resultados dos ex-ministros Nelson Luiz Sperle Teich (com 55% da população aprovando sua administração no dia 27/04/20) e Luiz Henrique Mandetta (que chegou a 76% de aprovação no dia 03/04/20), ambos profissionais da área da saúde. Dentro desses dados, a *Folha* relembrou que Mandetta e Teich haviam tido atritos com Bolsonaro por discordâncias em como lidar com a pandemia, enquanto Pazuello manteve fiel ao presidente, de quem é amigo muito próximo, mas se mostrou incapaz de elaborar um plano de vacinação, além de boicotar junto ao presidente a Coronavac, a vacina feita por um laboratório chinês e apoiada pelo governador e rival de Bolsonaro João Agripino da Costa Doria Junior, de São Paulo. (Folha de S. Paulo - Equilíbrio e Saúde - 14/12/20)

7- Colunista relembrou erros dos militares durante o surto de meningite na ditadura.

Em coluna ao *Correio Braziliense*, Luiz Carlos Azedo rememorou a epidemia de meningite ocorrida durante o regime militar (1964-1985), na década de 1970. Iniciada em Santo Amaro, região periférica da Grande São Paulo, o aumento de contágios chegou a atingir entre 12 e 14% de mortalidade de doentes a cada ano. Apesar disso, o regime proibia que veículos de comunicação noticiassem o aumento de doentes e que médicos e sanitaristas concedessem entrevistas. Apenas depois de 4 anos do surgimento dos primeiros casos, quando a doença adentrava regiões nobres dos estados do sudeste e de Brasília, os generais passaram a reconhecer publicamente que havia um problema sanitário. Deste modo, somente em 1974 o general Ernesto Geisel criou a Comissão Nacional de Controle de Meningite, que importaria vacinas para imunização. O avanço da doença foi tamanho que somente três anos depois, em 1977, a epidemia pôde ser controlada. O colunista relacionou o caso com a atual pandemia de Coronavírus, as disputas políticas em torno da vacina e imbróglios do Ministério da Saúde, destacando que se sanitaristas aprenderam com a epidemia, “parece que os militares esqueceram completamente a experiência do passado”, acrescentando que o atual quadro democrático impede que haja censura à circulação das informações. (Correio Braziliense - Nas Entrelinhas - 15/12/20)

8- Documentário aborda o Festival de Brasília de cinema como escape durante a ditadura militar.

O jornal *Folha de S. Paulo* discorreu sobre o recém-lançado documentário brasileiro “Candango: memórias do Festival”, com direção de Lino Meireles. O filme narra a trajetória do Festival de Brasília, que surgiu como “Semana do Cinema Brasileiro” em 1965, um ano após o Golpe Militar de 1964. De acordo com o periódico, a produção associa cinema, festival e política no contexto ditatorial, adicionando a “presença em massa de um público jovem para quem o

festival de cinema era uma válvula de escape das brutalidades do governo militar” e cuja sede, o “Cine Brasília”, se demonstrou uma espécie de “oásis na ditadura”. (Folha de S. Paulo - Ilustrada - 15/12/20)

9- Presidente da República publicou e revogou decreto que altera regras para promoção de militares.

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, após publicar no último dia 07/12/20 o Decreto 10.563/2020, que removiu a possibilidade de promoção de coronéis do Exército por tempo de serviço e mantinha somente ascensões por mérito, três dias depois, o presidente da República Jair Bolsonaro publicou novo decreto revogando a alteração. Segundo os periódicos, Bolsonaro teria cedido após pressões de militares. A mudança na forma de promoção já era estudada pelo Alto Comando das Forças Armadas, porém não era consenso nos quartéis. Tal medida beneficiaria militares com bom desempenho ao longo da carreira, considerando cursos de especialização realizados e as regiões do país que um determinado militar serviu e excluiria a opção de promoção por tempo de carreira e classificação na Academia Militar das Agulhas Negras. Os contrários à mudança alegaram que o Decreto tornaria as promoções ainda mais “políticas” e “subjetivas”, pois, para chegar a coronel, os oficiais já têm de se especializar ao longo da carreira. O *Estado* acionou o Ministério da Defesa e a Secretaria de Comunicação do Planalto para que evidenciassem os motivos da publicação e revogação do Decreto, no entanto, não obteve respostas de nenhum dos órgãos. O periódico relacionou a revogação com as críticas que o general Eduardo Pazuello tem recebido de militares por sua gestão no Ministério da Saúde, considerada desastrosa e prejudicial à imagem das Forças Armadas, sobretudo pelo fato de se manter na ativa, mesmo após sua efetivação no cargo. (Folha de S. Paulo - Poder - 16/12/20; O Estado de S. Paulo - Política - 15/12/20)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações

Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).